

DESARROLLO SOSTENIBLE Y TERRITORIO

Sustainable Development and Territory

Moema Hofstaetter¹

Zoraide Souza Pessoa²

Ensayo recibido: Diciembre, 2017 // Aceptado: Abril, 2017

RESUMEN

En este artículo se pretende reflexionar sobre la legitimidad del concepto de "desarrollo sostenible", pensado en un sentido más amplio, que no se refiere sólo al agotamiento de los recursos naturales y el mercado, pero también tienen en cuenta la importancia del territorio, sus contradicciones, conflictos de apropiación, la contaminación y la exclusión social, así como el lugar de las generaciones futuras, teniendo en cuenta las iniciativas ya realizadas, y bajo la mirada de varios autores.

Palabras clave: Desarrollo sostenible, el territorio, la exclusión.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the legitimacy of the concept of "sustainable development", thought of more broadly, that does not refer only to the depletion of natural resources and the market, but it also considers the relevance of the territory, its contradictions, ownership conflicts, pollution and social exclusion, as well as the place of future generations, taking into account initiatives already under way, and through the gaze of several authors.

Key words: Sustainable Development, Territory, Exclusion.

¹ Mestre em Estudos Urbanos e Regionais e Doutoranda em Turismo, ambas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal-RN, Brasil. Líneas de investigación: disciplinas de filosofía, sociología, história, meio ambiente E-mail: moema.natal@hotmail.com.

² Doutora em Ambiente e Sociedade (UNICAMP). Professora adjunta do Departamento de Gestão de Políticas Públicas e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais (UFRN), Natal-RN, Brasil. Líneas de investigación: Ciências Sociais, Políticas Públicas, Gestão Ambiental. E-mail: zoraidesp@gmail.com

INTRODUÇÃO

O objetivo do artigo é contribuir com o debate sobre “desenvolvimento sustentável” e território, bem como apontar algumas preocupações em relação ao “lugar” das gerações futuras. Perguntamos-nos: É possível crescimento econômico com desenvolvimento sustentável? Qual o lugar das gerações futuras? Qual o papel do território nesse debate?

Para responder essas questões, vamos dialogar com vários autores que se dedicam em pensar essas temáticas cada vez mais importantes, para compreender qual o projeto de desenvolvimento onde a geração atual está inserida e quais as possibilidades colocadas para pensar o futuro. Do ponto de vista metodológico esse trabalho está organizado em três partes, quais sejam, (i) O Modelo de Desenvolvimento em Crise; (ii) Desenvolvimento Sustentável x Crescimento Econômico; (iii) Desenvolvimento e exclusão, encerrando com as Considerações Finais.

O MODELO DE DESENVOLVIMENTO EM CRISE

O capitalismo passa por uma profunda reestruturação, ainda inacabada, porém suficiente para provocar o surgimento de novas realidades. Essa reestruturação distingue-se por algumas características, como (i) o fortalecimento do capital frente ao Estado, manifestadamente perceptível na integração global dos mercados financeiros; (ii) a erosão do Estado-Nação; (iii) a concorrência econômica global acompanhada pela descentralização das empresas com o objetivo de globalizar sua produção para aumentar seus ganhos; (iv) a formação de blocos econômicos e (v) o papel e lugar da política que sofre um processo de fragilização, entre outros.

Uma das faces mais impactante do novo estágio do capitalismo é o seu efeito junto ao meio ambiente.

O mundo está experimentando não somente uma crise conjuntural, mas também estrutural. Se vivemos hoje pressionados por várias crises: econômica, ecológica, alimentar e energética, certamente essas são manifestações de uma tensão maior - uma crise de modelo de desenvolvimento. Elas representam ou sintetizam, melhor dizendo, o resultado de determinada forma de a sociedade organizar-se, particularmente a sociedade capitalista. Podemos perguntar-nos pelo

significado dessa forma de organização. Então, precisamos assumir que o “modo de produzir” e o “modo de consumir” da sociedade mundial estão levando o planeta ao esgotamento. Tudo está interligado, entrelaçado, havendo uma interdependência entre as crises. Nossos problemas não podem mais ser concebidos separadamente. Trata-se de perceber que “não só a parte está no todo, mas também que o todo está na parte” (MORIN, 2007). Segundo O’Connor, “el capitalismo tiende a la autodestrucción y a la crisis; la economía mundial crea una mayor cantidad de hambrientos, de pobres y de miserables; no se puede esperar que las masas de campesinos y trabajadores soporten la crisis indefinidamente y, como quiera que se defina la “sostenibilidad”, la naturaleza está siendo atacada en todas partes” (O’Connor, 2004: 29).

A ideia de globalização, no final do século XX, remete de imediato à imagem de homogeneização sócio-cultural, econômica e espacial (Haesbaert e Limonad, 2007: 40).

No mundo todo, a economia deixou de ser a “serva” da sociedade para se tornar a sua “senhora”. Impulsionada pela ideia de progresso linear e quantitativo assentado sobre o crescimento econômico e recursos naturais ilimitados, a economia, na sociedade industrial, foi se desvencilhando gradativamente da ética e da política e passou a ser orientada e regida tão somente pelo mercado. Ainda mais, para além da ruptura da relação entre economia e sociedade, também a ligação entre economia e ambiente foi se desfazendo .

Vivemos hoje o esgotamento do modelo de desenvolvimento oriundo da sociedade industrial, que tem, no consumo sem limites, a sua mola propulsora. Esse modelo adaptado à realidade do Brasil, é chamado de modelo neodesenvolvimentista. Ao projeto econômico de corte neoliberal do governo anterior, intitulado de ‘inserção subordinada à economia internacional’, o governo atual respondeu com a retomada do modelo econômico ‘nacional-desenvolvimentista’ – política econômica na qual o Estado exerce um forte papel indutor na perspectiva do crescimento econômico. Esse modelo chamado neodesenvolvimentista brasileiro conta com dois braços: o Estado financiador que, através do BNDES, exerce o papel de indutor do crescimento econômico fortalecendo grupos privados em setores estratégicos, e o Estado investidor, responsável pelo investimento em grandes obras de infraestrutura que se manifesta no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (Sanson, 2014), obras como a construção de hidrelétricas, investimentos em diversas matrizes

energéticas (nuclear, eólica), a transposição do São Francisco, e investimentos em ferrovias, portos, saneamento entre outros e, não menos importante, o Estado social, com seus programas de distribuição de renda e inclusão social (Bolsa Família, Programa Minha Casa Minha Vida, Prouni, etc).

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL X CRESCIMENTO ECONÔMICO

Feita essa contextualização, damos sequência à reflexão com a pergunta: É possível crescimento econômico com desenvolvimento sustentável? O que está por trás do conceito de “desenvolvimento sustentável”?

Para compreendermos o debate em torno do termo “desenvolvimento sustentável”, é necessário um resgate histórico que demonstre o caminho realizado para a elaboração desse conceito. Baseamo-nos na síntese histórica realizada por Fábio Fonseca Figueiredo e Fernando Manuel Rocha da Cruz, no texto Aproximações teóricas sobre a questão ambiental internacional na sociedade global (2013).

O modelo de desenvolvimento americano adotado a partir da década de 60 tem como base o uso intensivo dos recursos naturais, o que foi crucial para a produtividade agrícola norte-americana denominada, à época, de revolução verde. A partir de então, a questão ambiental emerge nas discussões em âmbito internacional.

O primeiro estudo, em profundidade, sobre a questão ambiental internacional foi o informe Limites do Crescimento, produzido em 1972, conhecido como o Informe Meadows. O objetivo do estudo foi apontar se o crescimento da população mundial somado ao maior consumo dos recursos naturais iria colocar limites à atividade industrial, ou se o crescimento industrial poderia seguir o ritmo alcançado na década anterior ao informe, e inclusive aumentar no futuro.

Na tentativa de sinalizar alternativas à explosão demográfica e elevada industrialização, o Informe citado propôs uma série de recomendações, entre as quais, a mais combatida foi a de desaceleração do crescimento vegetativo (característica populacional nos países periféricos) e das atividades industriais (àquela época, base da economia dos países centrais). Segundo Meadows, se as variáveis analisadas mantivessem seus

respectivos ritmos de evolução, em aproximadamente um século o planeta perderia a capacidade de subministrar as demandas do setor industrial. O cenário, anunciado por Meadows e sua equipe, expunha o estrangulamento de um modelo econômico que concentrava riqueza ao custo de elevadas taxas de exploração do trabalho e intensificação da degradação ambiental, através da contaminação e exploração irracional e irresponsável dos recursos naturais (Figueiredo e Cruz, 2013).

Neste mesmo ano, é organizada a primeira Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, na cidade de Estocolmo/Suécia, promovida pela Organização das Nações Unidas. Em Estocolmo, foram discutidos aspectos relacionados à contaminação atmosférica, das águas e do solo, provenientes da industrialização. O resultado principal de tal Conferência foi a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), órgão vinculado à ONU e que se tornara responsável por coordenar as discussões ambientais internacionais (Ribeiro, 2010).

Apesar de certos avanços, no que se refere a acordos internacionais e mudança de postura de alguns países acerca de suas políticas ambientais internas, e aí se inclui o Brasil, a primeira conferência da ONU caracterizou-se por disputas sobre a distribuição geoespacial dos investimentos econômico-industriais. Os representantes brasileiros expuseram, em Estocolmo, que o crescimento econômico não deveria ser sacrificado em razão de um meio ambiente mais puro. Os delegados brasileiros até reconheceram a ameaça da contaminação ambiental, mas sugeriram que quem contaminasse, pagasse pelos esforços dessa purificação. O Brasil, nessa ocasião, opôs-se também às medidas de controle de natalidade.

Em 1983, como previsto, foi criada a Comissão das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), com a missão de propor estratégias de cooperação entre países, que considerassem as inter-relações de indivíduos, recursos ambientais e atividades econômicas. Para a ONU, a crise ambiental era global e, portanto, a sua resolução requeria uma gestão global.

Em 1987, através do documento Nosso Futuro Comum, a CNUMAD expôs o desenvolvimento sustentável como alternativa ao desenvolvimento das atividades econômicas, sem o comprometimento das biocapacidades ambientais. A noção de desenvolvimento sustentável utilizada é a de satisfazer as necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas.

Layrargues (1997) explica que a noção de desenvolvimento sustentável foi uma extensão do conceito de eco desenvolvimento, proposto na conferência de Estocolmo, e que surgiu da percepção de que a natureza possui limites (Figueiredo e Cruz, 2013).

Analisando o conceito, Amartya Sen escancara a sua fragilidade. Sen pergunta se para “além das cruciais “necessidades” das atuais e futuras gerações, tão enfatizadas nesse documento, as pessoas também têm valores. Valorizam principalmente sua própria capacidade de pensar, avaliar, agir e participar. Ver os seres humanos apenas em termos de necessidades é fazer uma ideia muito insuficiente da humanidade” (Veiga, 2005:166).

Ou seja, surge um questionamento, no sentido de que o conceito vem de encontro ao mercado, ao consumo, melhor dizendo, preservando a ideologia do mercado.

Vivemos nesse momento um período marcado pelos princípios de democratização e de descentralização decisórios e pela rápida disseminação da noção de desenvolvimento sustentável. “Num contexto histórico marcado pela busca da redemocratização da sociedade e pelo desgaste progressivo da opção pela modernização conservadora, a difusão da ideia de sustentabilidade das estratégias de desenvolvimento parecia sugerir, à primeira vista, uma abertura mais decidida à efetivação do direito de todos os cidadãos brasileiros a um meio ambiente saudável, ao emprego e ao direito à cidadania plena” (Sachs, 2007: 10).

Nesse espírito, é que em outubro de 1992, a cidade do Rio de Janeiro hospeda a segunda Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio 92. Ribeiro (2010) afirma que, na ocasião, o desenvolvimento sustentável e a segurança ambiental surgiram como a premissa das negociações, associados a princípios da responsabilidade comum e diferenciada entre os países ricos e pobres.

Coincidindo com a Conferência Rio 92, as formulações iniciais do Informe Meadows foram revisitadas em um novo documento denominado Para além dos limites do crescimento.

Na sua segunda versão, Meadows e sua equipe reafirmam que o problema principal da humanidade estaria associado à contaminação e à escassez de recursos naturais a partir de meados do século XXI, e que se faria necessário buscar alternativas ao atual modelo baseado na produção e consumo deletérios (Figueiredo e Cruz, 2013).

A Carta da Terra, documento final elaborado na Conferência Rio 92, representa um avanço institucional na nova ordem ambiental internacional que se formou após aquela conferência. A preocupação pelo uso equilibrado de recursos naturais escassos e não renováveis, a racionalidade no uso de energia e a opção pelo reaproveitamento de resíduos, conduziram a uma abordagem ampla da questão ambiental, que pode ser sintetizada pela expressão “eficiência ambiental”. Ou seja, otimizar os processos produtivos com o objetivo de reduzir os impactos ambientais provocados pela atividade industrial (Figueiredo e Cruz, 2013).

A opção pela otimização expõe o enverdecimento do discurso empresarial nos anos noventa. De agentes contaminantes, os empresários passam a usar os princípios técnicos e conceituais da ecologia para justificar sua atividade econômica. A partir de então, cria-se a percepção de desenvolvimento sustentável falsa, já que esse desenvolvimento é dependente das forças de mercado. Há, portanto, uma mescla entre a fronteira do interesse econômico com os elementos da questão ambiental, que a pouca distinção entre um e outro oportuniza o discurso empresarial. Assim, o desenvolvimento sustentável guarda estreita relação com o crescimento econômico vigente, já que seu objetivo é preservar a ideologia do mercado (Layargues, 2002).

Dez anos após, tivemos a terceira Conferência Internacional sobre Meio Ambiente, conhecida como Rio +10, sediada em Joanesburgo/África do Sul. Sousa (2008) explica que, uma vez constatada a baixa eficiência das metas propostas no Rio de Janeiro, as determinações encaminhadas em Johannesburgo fracassaram por não conseguir fixar metas ambientais para os países e fazê-los ser signatários dos acordos propostos.

A partir de então, os Estados-Nação tiveram de se reorganizar institucionalmente, voltando-se à gestão, regulamentação e fiscalização das atividades causadoras de danos ao meio ambiente.

Apesar dos esforços, afirma-se que, ao invés da regulação, a maior parte das normativas voltou-se para a adoção dos instrumentos econômicos de gestão ambiental. Tais instrumentos teriam, como função, induzir os agentes econômicos a comportarem-se conforme padrões de conduta socialmente desejados. Dentre os mais recorrentes, destacam-se os impostos/tarifas sobre as atividades que geram impactos ambientais, a valoração dos recursos naturais e os leilões de cotas negociáveis de poluição (Figueiredo e Cruz, 2013).

Regular a natureza nos moldes capitalistas tem garantido, ao mercado, o protagonismo nas decisões de políticas públicas voltadas às questões ambientais, sendo deslocada, para o segundo plano, a esfera da política ou a luta social dos interesses socioambientais na tomada de decisões. Autores como Abramovay (2012) e Veiga (2005) rechaçam a precificação do dano ambiental, já que assim a natureza passa a ser uma commodity sensível às flutuações de preço no mercado internacional.

Por fim, as principais discussões, no que diz respeito à agenda ambiental internacional, realizadas na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio + 20, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro em junho de 2012, foram fundamentadas nas preocupações apontadas pelas estatísticas divulgadas pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) que mostram que: “a) a sobre-exploração e o consumo exagerado de recursos naturais vêm acentuando a escassez dos recursos em algumas regiões, sobretudo naquelas onde há uma concentração da atividade extrativista mineral; b) maior frequência de catástrofes ambientais e naturais, oriundas das atividades econômicas e reações naturais espontâneas, fruto dessas atividades; e c) maior contaminação devido à geração ampliada de resíduos sólidos e líquidos” (IPCC, 2008).

Posto isto, Arlete Rodrigues defende que “desenvolvimento sustentável não é um conceito, mas uma ideia que pretende encontrar soluções para problemas de esgotamento, poluição das riquezas naturais” (Rodrigues, 2005: 2), mas uma ideia genérica que abstrai a realidade, oculta a complexidade, a reflexividade do modo de produção de mercadorias, criando uma espessa cortina de fumaça sobre a apropriação dos territórios, a existência de classes sociais, dificultando assim a análise crítica (Rodrigues, 2005).

A junção das palavras “desenvolvimento” e “sustentável” transforma a questão ambiental em agenda política, reforçando a pergunta: É possível pensar um desenvolvimento sustentável, apropriar-se das riquezas naturais de modo a não destruí-las e continuar com o desenvolvimento que temos hoje? Se como posto, esse conceito surge como forma de ocultar contradições de classe, no sentido de que a sociedade é dividida em classes sociais e que, quem tem o poder, o conhecimento, o domínio das técnicas e, em geral, o progresso, o “desenvolvimento”, são aos detentores do capital, aqueles que cometem o maior uso e abuso das riquezas naturais (Rodrigues, 2005). Esses (quem

têm o poder), afirmam que a solução para os problemas do meio ambiente advirá do uso da tecnologia apropriada.

Já Georgescu-Roegen, conclui que o destino do homem é o de ter uma vida curta, mas ferosa, em vez de uma existência longa, mas vegetativa, sem grandes eventos. “Deixemos outras espécies – as amebas, por exemplo – que não têm ambições espirituais herdar o globo terrestre ainda abundantemente banhado pela luz solar” (Georgescu-Roegen, 1976:35).

Tem-se que, “a atual retórica sobre desenvolvimento sustentável oscila entre essa sinistra visão de futuro, delineada por Georgescu, e a confiante crença de que surgirão, em tempo, os novos mercados e as inovações tecnológicas capazes de evitar, ou contornar, as catástrofes ambientais” (Veiga, 2005: 163).

Daly fala de economia sustentável, em que o que deve ser sustentado é a "capacidade do meio ambiente de suprir cada recurso natural e absorver os produtos finais descartados" (Daly, 2005). Segundo Daly, são necessários os seguintes ajustes na política econômica, para que a economia opere de modo sustentável ambientalmente: 1) Transição demográfica dos bens, ou seja, taxas de produção iguais às taxas de depreciação, em níveis baixos. Isso significa estender a vida útil dos produtos. 2) Melhoras qualitativas e aumentos de eficiência, sem elevar a quantidade de materiais processados. 3) Banir o comércio livre enquanto coexistirem países que tentam internalizar os custos ambientais nas decisões econômicas e países que praticam preços inferiores por não pagarem os custos ambientais. 4) Mudar o alvo dos impostos da renda auferida por trabalhadores e empresas para o fluxo produtivo, de preferência no ponto em que os recursos são apropriados da biosfera (Cechin, 2005: 144).

Segundo Bertha K. Becker, a partir de meados da década de 80, configurando a nova fase do “desenvolvimento sustentável”, a variável ambiental, entendida como recursos naturais, patrimônio cultural e natural, conhecimento e práticas sociais, foi incluída no discurso e na definição de políticas (Becker, 1997: 6).

Partindo dessa premissa, tem-se que se o desenvolvimento está em discussão, não se discute o modo de produção ou o consumo exarcebado. “A técnica parece neutra como se vê “nas Agendas 21 locais, de que a “preservação, conservação” dos recursos naturais poderá provocar a “inclusão” social, em especial com a coleta, separação dos resíduos sólidos

recicláveis. Teoricamente, vivendo de “restos” da produção os excluídos seriam incluídos no sistema” (Rodrigues, 2005: 2).

DESENVOLVIMENTO E EXCLUSÃO

Não podemos continuar essa reflexão sem antes pensar em quem são os excluídos. Recomendamos, assim como Luciano Oliveira, “que se reserve o conceito de excluídos para aqueles grupos que primeiro foram assim chamados.” São eles os moradores e meninos e meninas de rua, os desempregados das favelas e periferias, os ‘flanelinhas’, os delinquentes, os catadores de lixo (Oliveira, 1997).

O que os identifica? Um ponto em comum na sua constituição é o fato de serem pessoas sem inserção no mundo normal do trabalho. São desnecessários economicamente, em se considerando os novos processos produtivos. Mas aí vale uma ressalva em relação aos catadores de lixo, tão úteis ao sistema, de imediato. Talvez seria mais interessante identificá-los e igualá-los por estarem à margem do processo produtivo e do circuito econômico tradicional (Oliveira, 1997).

O senso comum não faz essa reflexão considerando os processos produtivos. Ele quer distância, e poderia inclusive eliminar todas aquelas pessoas que vivem uma vida sub-humana em relação aos padrões normais de sociabilidade. E aí é que, no meu ponto de vista, incluem-se nesse grupo os catadores de lixo, tão úteis ao sistema, já que vivem em condições sub-humanas. Mas não seriam também os demais grupos úteis ao sistema? Marx já dizia que essa população excedente “constitui um exército industrial de reserva disponível” (id. Ib: 733). Ou interpretando Oliveira, esses excluídos, “além de gerado pelo processo de acumulação, são funcionais ao sistema, não apenas enquanto exército industrial de reserva”, mas com “mão-de-obra superexplorada, que vai lhes prestar serviços a custos baixíssimos, liberando, assim, mais recursos que serão realocados no setor dinâmico”. Como falar de incluídos e excluídos, de pessoas que estão “dentro” e “fora”, se ambas as conceituações são produzidas e integradas num mesmo processo econômico? Se como dito, a pobreza e a miserabilidade são produzidas pelo sistema e funcionais para a acumulação de riquezas? E aqui cabe citar Poulantzas, segundo o qual “todas as disposições tomadas pelo Estado capitalista, mesmo as impostas pelas massas populares, são finalmente e a longo prazo inseridas numa

estratégia em favor do capital ou compatível com sua reprodução ampliada” (Poulantzas, 1981: 214).

Se trata, aquí, del problema de rehacer la naturaleza de maneras consistentes con la rentabilidad sostenible y la acumulación de capital. “Rehacer la naturaleza” significa mayor acceso al medio natural, como “fuente” y como “vertedero”, lo cual tiene dimensiones políticas e ideológicas, así como económicas y ecológicas: por ejemplo, el asalto a las formas de vida de los pueblos indígenas (O’Connor, 2004: 32).

Retomamos uma das perguntas colocadas no início do texto: É possível um desenvolvimento sustentável? Qual o lugar das gerações futuras?

O termo sustentável, como adjetivo de desenvolvimento, esconde a importância do território para a reprodução ampliada do capital na apropriação das riquezas naturais, através da tecnologia. Basta que se tenham certificados de uso racional de recursos, de controle de resíduos para se aniquilar àqueles que não contribuem para a preservação do meio ambiente. Ambos estão a serviço do desenvolvimento capitalista. Oculta-se a realidade, ou melhor, a realidade justifica-se através de licenças, de discursos.

Se as formas de produzir comprometem a reprodução da vida presente, excluiu, poluiu, como é possível crer que sua continuidade resolverá os problemas para as gerações futuras?

O conceito “desenvolvimento sustentável” não passa de um mito, segundo Rodrigues (2005), oculta-se a importância do território, as contradições, os conflitos da apropriação, a propriedade dos meios de produção e a existência de classes sociais. O tempo longo da natureza parece não ser obstáculo para o tempo curto/rápido da técnica. Como já dito, a apropriação das riquezas do ambiente, do território, da força de trabalho não são considerados na agenda política ambiental. Para destacar a importância do espaço, é fundamental que analisemos a complexidade da produção, da reprodução, do consumo.

O desenvolvimento como progresso, mesmo que com o adjetivo de sustentável, produz sempre novas mercadorias, consome força de trabalho, matérias-primas, gerando exclusão, gerando resíduos, comprometendo o meio ambiente, poluindo.

Surge então a pergunta: Mas como “cuidar” das riquezas naturais se o território, o espaço, o lugar e a paisagem não têm importância?

Nesse momento, convém citar Milton Santos, que já em 1980 propõe entender o espaço atual como meio técnico-científico-informacional, que é a expressão geográfica da globalização. O uso do território pode ser definido pela implantação de infraestruturas, bem como pelo dinamismo da economia e da sociedade. O espaço geográfico é definido pelos movimentos das populações, a distribuição da agricultura, da indústria, dos serviços, do arcabouço normativo, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania.

Para Milton Santos e Maria Laura Silveira (2004), o peso do mercado externo na vida econômica do país acaba por orientar uma boa parcela dos recursos coletivos para a criação de infraestrutura, serviços e formas de organização do trabalho voltados para o comércio exterior, uma atividade firmada pelo imperativo da competitividade e localizada nos pontos mais aptos para desenvolver essas funções. Isso não se faz sem uma regulação política do território e sem uma regulação do território pelo mercado. É desse modo que se constroem os contextos da evolução das bases materiais geográficas e também da própria regulação. O resultado é a criação de regiões do mandar e regiões do fazer. Com a globalização, informação e finanças passam a configurar a nova geografia, distinguindo os lugares segundo a presença ou a escassez dessas (Santos e Silveira, 2004: 21).

Conforme Moraes (2005) entende-se território, como o espaço de exercício de um poder. O território é uma materialidade que abriga o patrimônio natural de um país, suas estruturas de produção e os espaços de reprodução da sociedade. O território se transforma num espaço produzido.

“Vê-se que o território é, fundamentalmente, um espaço definido e delimitado também por e a partir de relações de poder, mas a questão principal, além das características geoecológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, incorpora ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço” (Melo, 2014: 223).

Nas últimas décadas, conforme Moraes (2005) avançou o processo de democratização do Brasil entrando, na agenda do Estado, os temas da descentralização, da participação social e da sustentabilidade do desenvolvimento. Considerando a necessidade de articulação de políticas para objetivar a meta da retomada do crescimento econômico e combate à desigualdade social, faz-se necessária uma visão geoestratégica do

território. Cabe ao Estado o estabelecimento de macroestratégias de ocupação do espaço, instalação de equipamentos e infraestruturas, gestão dos fundos territoriais e utilização de recursos naturais, entre outras, considerando que a riqueza natural brasileira precisa ser bem dimensionada em face dos planos de desenvolvimento. Moraes propõe o planejamento estratégico a partir do conceito de ordenamento territorial, que “visa estabelecer um diagnóstico geográfico do território, indicando tendências e aferindo demandas e potencialidades, de modo a compor o quadro no qual devem operar de forma articulada as políticas públicas com vistas aos objetivos estratégicos do governo” (Moraes, 2005: 144).

Por fim trazemos presente Amartya Sen e seu conceito de desenvolvimento como liberdade, que implica em liberdade de ação e decisão, bem como as oportunidades reais que as pessoas têm, dadas as suas circunstâncias. Ele fala em sociedade sustentável, com acesso à saúde, à educação, lazer, cultura, informação, conhecimento. “Significa a renovação das fontes de privação: remover a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de vestir-se, de morar” (Rodrigues, 2005:13.). Retoma a importância do espaço, do território.

E mais, ainda conforme Amartya Sen, “a nossa razão para valorizar determinadas oportunidades não precisa sempre derivar da contribuição que elas oferecem ao nosso padrão de vida” (Veiga, 2005: 146). Afinal, como afirma Mishan, “muitas das coisas que contribuem para o bem-estar não passam pelos mercados” (Cechin, 2010: 42).

Níveis diferentes de necessidades têm níveis diferentes de importância para as pessoas. Só depois que certas necessidades básicas são satisfeitas é que aparece um desejo mais elevado na escala de vontades. Trata-se do princípio da subordinação de vontades de Georgescu (abordado em "Outro paradigma", na seção "A formação de Georgescu").

CONCLUSÕES

Essa reflexão ainda está muito distante do debate sobre que sociedade queremos construir. Infelizmente quando se fala de bem-estar, de desenvolvimento, de sustentabilidade, ainda se tem muito presente o mercado, o modo de produção, a apropriação de riquezas, o consumo exacerbado. Assim sendo, finalizamos esse artigo nos perguntando: Se a

geração presente não tem participação na apropriação das riquezas, em que território, em que lugar estará a geração futura?

A grande questão está em como e quantos estão interessados em virar esse jogo. Porto-Gonçalves (1998) reforça esse entendimento quando aponta as lutas sociais como o único caminho para a superação das desigualdades, da exploração da natureza e demais características do modelo de desenvolvimento capitalista. Segundo o mencionado autor, é por representarem esse potencial que a globalização neoliberal tenta, de todas as formas, e com sucesso, reprimi-las. Ele sintetiza que são as lutas representadas pelos movimentos sociais dos operários, dos negros, mulheres, jovens, camponeses, indígenas e demais atores marginalizados pelo sistema, juntamente com as lutas ecológicas, que mesmo não tendo um corpo concreto e tendo um caráter difuso em relação às lutas sociais, constituem importante movimento político e cultural a gritar por outra ordem nas relações sociedade-natureza.

BIBLIOGRAFÍA

- Abramovay, R. (2012). Muito além da economia verde. São Paulo: Abril.
- Ascelard, H (2004). “Políticas ambientais e construção democrática”. En: Viana, G.; Silva, M.; Diniz, N. (Org.). O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil (pp. 75-96). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Becker, B. (1997). Tendências de transformação do território no Brasil: vetores e circuitos. *Revista Território*, 1.
- Cechin, A. (2010). A natureza como limite da economia: a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen. São Paulo: Senac.
- Daly, H. E. (2005). Sustentabilidade em um mundo latada. *Scientific American Brasil*, 41.
- Fonseca; F.; Cruz, F. M da R. (2013). Aproximações Teóricas sobre a questão ambiental internacional na sociedade global: de Estocolmo 1072 ao Rio de Janeiro 2012. Lisboa.
- Georgescu-Roegen, N. (1976). *Energy and Economic Myths. Institutional and Analytical Economic Essays*, New York: Pergamon Press.
- Haesbaert, R.; Limonad, E. (2014). O território em tempos de globalização. Disponível desde internet

em: <http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007_2_4.pdf>.

- Instituto de Investigación sobre el Cambio Climático (2008). Disponível desde internet em: <<http://www.ipcc.ch/languages/spanish.htm>>.
- Layargues, Ph. P. (2002). A cortina de fumaça. O discurso empresarial verde. São Paulo: Annablume.
- Melo, J. (2014). Ordenamento territorial e sustentabilidade: um diálogo possível? *Revista Caminhos de Geografia*, 11 (33): 220 - 229
- Moraes, A. y Robert C. (2005). Meio Ambiente e Ciências Humanas. São Paulo: Annablume.
- Morin, Edgar (2007). Entrevista de Edgar Morin à *Revista Cult*. (março).
- O' Connor, J. (2004). *¿Es posible el capitalismo sostenible?* Buenos Aires: Clacso.
- Oliveira, L. (1997). Os excluídos existem? *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 33.
- Porto-Gonçalves, C. W. (1998). Os (des) caminhos do meio ambiente. São Paulo: Contexto.
- Poulantzas, N. (1981). O Estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro, Graal.
- Ribeiro, W. C. (2010). Geografia política e gestão internacional dos recursos naturais. *Estudos Avançados*, 24 (68): 69-80.
- Rodrigues, A. (2005). Problemática Ambiental=Agenda Política. Espaço, território e classes sociais. *Boletim Paulista de Geografia*, 83: 91-110.
- Sachs, I. (2007). Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento. Organização de Paulo Freire Vieira. São Paulo: Ed. Cortez.
- Sanson, C. (2014). A reorganização do capitalismo brasileiro em debate. In: 38º Encontro Anual da ANPOCS.
- Santos, M. (2007). O dinheiro e o território. En: Santos, M. et. al. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina.
- Santos, M. e Silveira, M. L. (2004). O Brasil: território de sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Ed. Record.
- Seabra, L (2008). Turismo sustentável: planejamento e gestão. En: Cunha, S. B. da; Guerra, A. J. T. (Org.). A questão ambiental: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Veiga, J. E. (2005). Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond.